

# REGULAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL DO ENTRONCAMENTO

## CAPÍTULO I

### DISPOSIÇÕES GERAIS

#### Art. 1º

O Mercado Municipal do Entroncamento constitui um meio pelo qual a Câmara Municipal do Entroncamento exerce as suas atribuições de abastecimento público, nos termos da Lei administrativa.

#### Art. 2º

A orientação superior de toda a actividade exercida no Mercado pertence à Câmara Municipal.

#### Art. 3º

A actividade de abastecimento público a que o comércio praticado no Mercado se destina será exercida por particulares em regime de licenças de utilização dos respectivos locais de venda, conferidas pela Câmara Municipal do Entroncamento. Todavia, as pessoas singulares ou colectivas que exerçam essa actividade deverão fazê-lo sempre em total acatamento das leis e regulamentos administrativos aplicáveis, subordinando-a ao interesse colectivo que o Mercado Municipal se destina a servir.

#### Art. 4º

O Mercado Municipal do Entroncamento destina-se essencialmente à venda dos produtos alimentares seguintes :

- 1 — Produtos hortícolas de consumo imediato em fresco.
- 2 — Produtos agrícolas, secos ou frescos, de natureza conservável.



# Câmara Municipal do Concelho do ENTRONCAMENTO

## **CÓDIGO DE POSTURAS E REGULAMENTOS MUNICIPAIS**

APROVADO pela C. M. E. em reunião de 20/1/87 ;

SANCIONADO pela A. M. em reunião de 27/6/88 ;  
(c/ introdução de algumas alterações)

APROVADAS as ALTERAÇÕES impostas pela A. M. em reunião de 2/8/88

PUBLICADO EM DEZEMBRO DE 1988

ENTRADA EM VIGOR 1 DE JANEIRO DE 1989

- 3 — Frutas secas e sementes comestíveis.
- 4 — Cabritos, coelhos e criação, vivos ou mortos.
- 5 — Ovos.
- 6 — Pão.
- 7 — Caça.
- 8 — Peixe.
- 9 — Mariscos.
- 10 — Carnes verdes de bovinos, ovinos e suínos.
- 11 — Carnes e subprodutos das espécies animais referidas no número anterior, secos, fumados, em conserva ou preparados.
- 12 — Carnes e subprodutos das espécies referidas no número 10, salgadas ou em salmoura.
- 13 — Miudezas frescas de reses.
- 14 — Lacticínios, que não careçam de refrigeração.
- 15 — Produtos autorizados a vender em mercearias.

#### Art. 5º

Além dos produtos alimentares referidos no artigo anterior, é ainda permitida a venda no Mercado:

- 1 — Flores, plantas ornamentais e sementes.
- 2 — Cereais.
- 3 — Aves canoras ou ornamentais e respectivos alimentos.
- 4 — Artigos que se destinem ao acondicionamento ou embalagem dos produtos que são objecto de venda no Mercado.

#### Art. 6º

Nas lojas do Mercado, com serventia independente para o exterior, pode ser praticado o comércio de todos os artigos, apenas sujeito às leis aplicáveis aos demais comerciantes em geral.

#### Art. 7º

A venda de bebidas alcoólicas a copo e serviço de cafetaria na área do Mercado só é permitida mediante licença especial, concedida pelo Governo Civil e pela Câmara, por deliberação devidamente tomada, no qual se estabelecerão, para cada caso, as condições do seu exercício.

- 1 — Fica sempre salvo à Câmara o direito de conceder ou não essas licenças, que serão sempre livremente revogáveis, sem dependência de qualquer prazo.

## CAPÍTULO II

### DO PESSOAL EM SERVIÇO NO MERCADO

#### Art. 9º

É expressamente proibido a qualquer agente em serviço no Mercado exercer nele, por si ou por interposta pessoa, comércio de qualquer espécie.

#### Art. 10º

Compete essencialmente, ao encarregado do Mercado:

- 1 — Superintender e fiscalizar todos os serviços do Mercado.
- 2 — Cumprir e fazer cumprir todas as disposições do presente Regulamento.
- 3 — A polícia especial do Mercado, decidindo sobre a sua ordem, distribuição de lugares diários, e seu funcionamento em geral, podendo recorrer à força pública sempre que se torne necessário.
- 4 — Proceder à abertura e encerramento do Mercado, às horas designadas neste Regulamento.
- 5 — Conservar actualizado o inventário de todo o material e utensílios do Mercado, procedendo frequentemente à sua verificação, comunicando imediatamente qualquer falta ou avaria verificada.
- 6 — Zelar pela limpeza do Mercado, principalmente durante as horas de funcionamento.
- 7 — Fiscalizar o uso de balanças, pesos e medidas pelos utentes do Mercado, denunciando qualquer fraude que supreenda.
- 8 — Providenciar pela pronta arrumação das mercadorias destinadas à venda.
- 9 — Providenciar para que a ocupação dos locais de venda se faça sempre na melhor ordem e brevidade e de modo a que, em cada lugar, se encontrem, oportunamente todos os utensílios indispensáveis.
- 10 — Receber e dar pronto andamento às reclamações que lhe sejam apresentadas, quer a resolução caiba na sua competência, quer sejam de submeter à apreciação superior.
- 11 — Fiscalizar a saída dos vendedores, de modo a que não façam em contravenção de qualquer das disposições deste Regulamento.
- 12 — Compelir os vendedores a deixarem os lugares que ocuparam em perfeito estado de arrumação e aseo.
- 13 — Participar à autoridade sanitária ou a qualquer outra competência fiscalizadora, sempre que quaisquer géneros expostos à venda lhe pareçam suspeitos, podendo suspender a sua venda até à intervenção da mesma autoridade.
- 14 — Fazer inutilizar todos os animais referidos no nº 4 deste Regulamento, sempre que sejam encontrados mortos ou doentes nas respectivas caixas ou canastras.
- 15 — Fazer inutilizar todo o peixe que seja encontrado nos termos do artigo 70º.

- 16 — Fazer afixar as ordens de serviço no local próprio e providenciar pelo seu total cumprimento.
- 17 — Manter em ordem toda a documentação do serviço existente no Mercado.
- 18 — Manter em ordem toda a documentação do serviço existente que para tanto receba os indispensáveis elementos.
- 19 — Cobrar pronta, regular e rigorosamente todas as receitas do Mercado.
- 20 — Conservar devidamente escriturados os livros, registos, senhas e demais documentação referente às cobranças de taxas de ocupação, cujo recebimento esteja nas suas atribuições.
- 21 — Conservar, como fiel depositário, todas as quantias recebidas, pelas quais é o exclusivo responsável.
- 22 — Conceder e distribuir, emitindo as respectivas senhas, os lugares de venda diários.
- 23 — Entregar na Tesouraria da Câmara, no primeiro dia útil de cada semana, a totalidade das cobranças efectuadas na semana anterior.

#### Art. 11º

Compete essencialmente ao cobrador do Mercado o cumprimento do estipulado nos números — 19, 20, 21, 22 e 23 do artigo 10º.

#### Art. 12º

No trato de qualquer assunto que deva comunicar à Câmara, o Encarregado deve sempre fazê-lo documentalmente.

### CAPÍTULO III

#### DOS LOCAIS DE VENDA

#### Art. 14º

No Mercado Municipal existem as seguintes classes de locais de venda:

- a) Lojas;
- b) Lugares com banca;
- c) Lugares sem banca.

- 1 — A Câmara deverá apresentar para licitação em hasta pública a adjudicação de lojas, procedendo igualmente em relação aos lugares de venda, sempre que assim o entender.

#### Art. 15º

Entende-se por loja cada um dos compartimentos do Mercado, com portas de comunicação para o exterior ou para o interior do Mercado e cujo conjunto forme as quatro faces do seu recinto.

- 1 — Lugares são os espaços demarcados em alas, no interior ou exterior do mercado, e cujo conjunto forme as quatro faces do seu recinto.

#### Art. 16º

A Câmara Municipal pode, sempre que o julgue conveniente, reservar um ou mais locais de venda para a instalação de armazéns, frigoríficos, postos de venda de cooperativas de produção, etc.

### CAPÍTULO IV

#### DO LICENCIAMENTO DE UTILIZAÇÃO DE LOCAIS DE VENDA

#### Art. 17º

As licenças de utilização de locais de venda são, por natureza, conferidas sempre a título precário, qualquer que seja a sua espécie ou a classificação de locais a que se refira.

#### Art. 18º

Os locais de venda existentes no Mercado podem ser objecto de licença de utilização efectiva ou diária.

#### Art. 19º

- 1 — A licença de utilização diz-se efectiva quando é conferida pelos prazos determinados no presente Regulamento.
- 2 — A licença de utilização de lojas só poderá ser conferida com carácter efectivo e pelo prazo mínimo de seis meses.

#### Art. 20º

A licença de utilização diz-se diária quando é conferida para um só dia de funcionamento do Mercado e pelo tempo normal do mesmo.

#### Art. 21º

- 1 — A ocupação dos lugares com ou sem banca pode ser efectiva ou diária.
- 2 — Quando a ocupação dos lugares referidos no corpo deste artigo for efectiva, o prazo mínimo da sua duração é de 15 dias.

#### Art. 22º

Os prazos fixados nos artigos anteriores podem ser alterados por deliberação camarária sempre que as circunstâncias o aconselhem.

#### Art. 23º

- 1 — Sempre que a Câmara delibere não consentir a renovação de qualquer licença, notificará o utente do respectivo local para o desocupar no termo de prazo da licença em curso, com as seguintes antecedências mínimas:
  - a) Três meses, se a licença se referir à ocupação de lojas.
  - b) Dez dias, se se referir à ocupação de outros locais.
- 2 — Os utentes que não desejem obter a renovação das respectivas licenças deverão comunicá-lo por escrito à câmara nos mesmos prazos.

### SECÇÃO I

#### (DAS LICENÇAS EFECTIVAS)

#### Art. 24º

As licenças de utilização de locais com carácter efectivo, por prazo superior a três meses, serão sempre atribuídas por meio de hasta pública.

#### Art. 25º

Sempre que fique devoluto qualquer local, que por deliberação Camarária deva ser objecto de licença efectiva, a Câmara fixará o dia e hora da arrematação, e estabelecerá, para cada caso, o ramo de negócios a que se destina esse local, ou quaisquer outras condições que entender convenientes.

- 1 — O dia e hora da hasta pública e o valor-base da licitação, bem como as demais condições e o destino do local, serão publicados por meio de editais um dos quais será afixado no lugar próprio do Mercado e por publicação nos jornais locais.

#### Art. 26º

- 1 — A hasta pública realizar-se-á perante a Câmara em reunião, não podendo os lances ser inferiores a cem escudos cada um.
- 2 — O facto de haver um só lance não impedirá a arrematação.
- 3 — Os arrematadores serão devidamente identificados e, quando não sejam os próprios, deverão apresentar procuração bastante.

#### Art. 27º

A licença de utilização em praça será atribuída ao licitante que oferecer melhor preço, devendo este e os encargos da arrematação ser depositados totalmente na Tesouraria Municipal no dia útil seguinte.

#### Art. 28º

Se o arrematador não depositar o valor do preço e dos encargos referidos no artigo anterior no tempo ali fixado, a hasta pública ficará sem efeito e aquele não será admitido a licitar na nova arrematação que se fizer, continuando responsável pelos encargos de arrematação em que licitou.

#### Art. 29º

- 1 — Se em qualquer momento da arrematação houver suspeitos de conluio entre os licitantes ou conhecimento de qualquer irregularidade, pode a Câmara suspendê-la ou designar para a sua realização noutro momento.
- 2 — Se a Câmara tiver conhecimento de conluio ou de irregularidade só depois de encerrada a licitação, será esta anulada e os que tiverem dado causa à anulação não serão mais admitidos a licitar no mesmo ou em quaisquer outro locais de venda, sem prejuízo do procedimento que ao caso couber, e sempre com perca a favor da Câmara das importâncias depositadas.

#### Art. 30º

São encargos de arrematação:

- 1 — O depósito de uma quantia correspondente a seis prestações mensais da taxa de ocupação, tratando-se de lojas, e do triplo da taxa normal, tratando-se de outros locais.
- 2 — As demais despesas a que a hasta pública der lugar em cada caso.

#### Art. 32º

O arrematante não poderá ocupar o local de venda nem nele iniciar a sua actividade sem comprovar na Secretaria da Câmara o cumprimento das obrigações fiscais inerentes ao comércio que se propõe exercer no local.

#### Art. 34º

O arrematante é obrigado a iniciar a actividade comercial no local de venda, no prazo máximo de 90 dias contados a partir da data da arrematação, sob pena de lhe ser aplicável o disposto no artigo 28º, perdendo, portanto, direito à licença.

#### Art. 35º

Quando não tenha havido pretendente no acto da arrematação, a Câmara poderá conceder a ocupação a requerimento de qualquer interessado, com a dispensa de arrematação, mas com o pagamento da taxa mínima fixada e dos encargos de arrematação.

#### Art. 36º

As autorizações de ocupação caducam automaticamente por falta de pagamento das taxas correspondentes; até ao fim do período preliminar do relaxe.

## SECÇÃO II

### DAS LICENÇAS DIÁRIAS

#### Art. 37º

Os interessados na utilização de locais com carácter diário, deverão solicitar verbalmente ao Encarregado o lugar que pretendem, no próprio dia que pretendam utilizá-lo, ou na véspera, durante as horas de funcionamento do Mercado.

#### Art. 38º

Uma vez atendido o pedido, será imediatamente paga a taxa respectiva de utilização.

#### Art. 39º

1 — Se no mesmo dia houver mais do que um interessado para o mesmo local diário, terá direito a ele:

- a) A pessoa que pela exibição da senha respectiva, provar que o ocupou no dia anterior.
- b) Se esta não quiser, a que na véspera tiver ocupado qualquer local diário e o comprove pela mesma forma.
- c) Se nenhuma destas pessoas o pretender, será utilizado pela primeira pessoa que se apresentar a solicitá-lo.

#### Art. 40º

Sem prejuízo do estabelecido no artigo anterior, as licenças diárias não são renováveis.

#### Art. 41º

1 — Quando existam lugares devolutos no Mercado e não tenha havido interessados na sua utilização, a Câmara Municipal pode, se entender conveniente autorizar a venda nesses lugares de géneros não previstos nos artigos 4º e 5º deste Regulamento.

2 — A autorização dada nos termos deste artigo é sempre precária e sem dependência de qualquer prazo, pelo que a Câmara a pode fazer cessar em qualquer momento.

## CAPÍTULO V

### DOS DIREITOS E DEVERES DOS UTENTES DE LOCAIS DE VENDA

#### Art. 42º

Nos locais de venda, qualquer que seja a natureza, só pode exercer-se o comércio para que a licença respectiva foi concedida, podendo ser alterado o ramo a pedido do arrendatário e deliberação da Câmara Municipal, depois de analisada a justificação apresentada.

#### Art. 43º

Os lugares efectivos no Mercado Municipal só podem ser ocupados e explorados pela pessoa singular ou colectiva, beneficiária da adjudicação pela Câmara Municipal ou, tratando-se de pessoa singular, pelo seu cônjuge.

1 — Cada pessoa singular ou colectiva apenas pode ser titular de, no máximo, dois lugares no mesmo Mercado Municipal.

#### Art. 44º

É proibido ao arrendatário singular ou colectivo de um lugar, transferi-lo a título gratuito ou oneroso, total ou parcialmente, bem como ceder a sua posição contratual.

#### Art. 45º

Sempre que se verifique a violação do disposto no artigo 44º, a Câmara Municipal ouvidos os respectivos interessados, notificará o adjudicatário de que considera resolvido o contrato, abrindo de seguida de novo concurso de adjudicação.

1 — Igualmente será notificado o utente actual do lugar de venda para que o entregue livre e desocupado no prazo de 48 horas.

2 — As notificações aos interessados serão feitas por carta registada com aviso de recepção.

#### Art. 46º

Aos detentores dos títulos de ocupação poderá ser autorizada pela Câmara Municipal a cedência total ou parcial a terceiros dos respectivos lugares, desde que ocorram um dos seguintes factos:

- a) Invalidez do seu titular, desde que comprovada a redução a menos de 50% da capacidade física normal do mesmo.

#### Art. 47º

Por morte do ocupante, preferem na ocupação dos mesmos locais o cônjuge sobrevivente, não separado judicialmente de pessoa e bens e, na sua falta ou desinteresse, os descendentes, se aquele ou estes ou os seus legais representantes assim o requeiram nos 60 dias subsequentes ao decesso.

#### Art. 48º

1 — Em caso de concurso de interessados, a preferência defere-se pela ordem prevista no artigo anterior.

2 — Concorrendo apenas descendentes, observam-se as seguintes regras:

- a) Entre descendentes de grau diferente, preferem os mais próximos em grau.
- b) Entre descendentes do mesmo grau, abrir-se-á licitação.

#### Art. 49º

Conferida a licença de utilização, o respectivo titular tem o direito de utilizar livremente o local de venda concedido, no exercício da sua actividade comercial, mas sempre com inteiro respeito pelo disposto neste Regulamento, nas Leis Administrativas e nas Reguladoras da actividade económica que nele pratica.

#### Art. 50º

Todos os utentes dos locais de venda têm por dever:

- 1 — Pagar a primeira prestação da taxa de utilização no acto da outorga da licença de ocupação, e as seguintes, adiantadamente.
  - 2 — Manter sempre em boa ordem as senhas, documentos e quaisquer títulos relacionados com a licença de ocupação do local, e bem assim o respectivo boletim de sanidade, exibindo-os prontamente às entidades Municipais sempre que tal lhe for solicitado.
  - 3 — Os produtores deverão, por certificado da respectiva Junta de Freguesia ou Casa do Povo, cuja renovação a fiscalização poderá exigir sempre que assim o entenda o Encarregado do Mercado, provar a sua qualidade e que cultivam os produtos por eles expostos para venda.
  - 4 — Conservar os respectivos locais em perfeito estado de higiene.
  - 5 — Colaborar com o pessoal do Mercado em tudo quanto por ele lhe for solicitado, para o bom funcionamento deste.
  - 6 — Acatar prontamente todas as indicações que lhe sejam dadas pelo mesmo pessoal e cumpri-los.
  - 7 — Tratar com a urbanidade as autoridades do Mercado e Municipais em geral e bem assim o público consumidor.
  - 8 — Zelar pela boa conservação dos lugares de venda que acupam, comunicando imediatamente ao Encarregado qualquer ocorrência que se verifique com o lugar que ocupa.
  - 9 — Manter no traje e no asseio pessoal a maior compostura.
- § 1 — A Câmara Municipal não se responsabiliza, em caso de furto, pelos artigos ou utensílios expostos ou deixados nos locais de venda.
- § 2 — Independentemente do exposto no parágrafo 1º nunca poderão os utentes do Mercado deixar quaisquer bens no chão.

#### Art. 51º

É expressamente proibido aos utentes:

- 1 — Expor à venda géneros que não constem do título da respectiva licença;
- 2 — Retirarem da exposição à venda grandes quantidades de géneros do seu comércio, antes da hora de encerramento.
- 3 — Dar a entrada a géneros de tal forma encobertos que a verificação da sua natureza não possa ser imediatamente feita pelo Encarregado.
- 4 — Comentar em voz alta os preços praticados por outros vendedores.

- 5 — Conluir-se com outros vendedores com vista à elevação de preços.
- 6 — Altercar com outros vendedores ou com o público.
- 7 — Conservar os géneros a vender sobre animais, veículos, cestos ou quaisquer recipientes que não sejam adequados à sua melhor exposição.
- 8 — Elevar o preço de qualquer mercadoria de seu comércio depois de posta à venda.
- 9 — Expor à venda géneros sujeitos a pesagem ou medida, sem estar munidos das respectivas balanças, pesos ou medidas e dos documentos comprovativos da aferição legal dos mesmos.
- 10 — Conservar no interior do Mercado quaisquer veículos ou animais de transporte de géneros, para além do tempo indispensável à sua carga e descarga.
- 11 — Conservar à solta, criação ou outros animais destinados a venda, ou mantê-los encerrados em caixas ou canastras sem possibilidade de livre movimento e sem a água e alimentação necessárias.
- 12 — Matar, depenar ou amanho quaisquer animais destinados à venda antes desta se consumir e fora dos lugares para esse fim destinados.
- 13 — Lançar em qualquer ponto do Mercado quaisquer despejos, lixo ou imundice, que devem ser prontamente despejados nos recipientes adequados, os quais deverão estar a coberto da vista do público.
- 14 — Fazer gastos desnecessários de água ou electricidade.
- 15 — Transitar fora das ruas e coxias do Mercado.
- 16 — Acender lume ou conserva nos respectivos locais matérias inflamáveis, explosivas ou tóxicas.
- 17 — Afixar reclamos ou usar quaisquer outra forma de publicidade.
- 18 — Agregar géneros ou mercadorias.
- 19 — Conservar no Mercado animais, designadamente, cães e gatos.
- 20 — Deixar de manter em qualquer momento a devida compostura de atitudes, pelo que não podem em momento algum deitar-se no chão ou nas bancas, nem tomar, recinto do Mercado, quaisquer refeições que impliquem uso de pratos e talheres.
- 21 — Dar ou prometer ao pessoal camarário em serviço no Mercado participação nas vendas ou quaisquer outras dávidas entendidas como tentativa de suborno.
- 22 — Retirar ou transferir dos locais onde foram postas, sem prévia autorização, quaisquer instalações, armações ou móveis, sem que sejam pertença dos ocupantes.

#### Art. 52º

O utente de local de venda que se apresente embriagado no Mercado perderá o direito ao exercício do comércio no seu recinto.

#### Art. 53º

Os titulares de licenças de venda em quaisquer locais são responsáveis por todos os danos que causarem nos mesmos.

Art. 54º

Nos locais de venda no Mercado não poderão ser feitas quaisquer beneficiações ou modificação sem autorização da Câmara Municipal e, quando impliquem a realização de obras, deverão elas ser requeridas nos termos legais e sujeitos ao pagamento das respectivas licenças.

Art. 55º

- 1 — No exterior das lojas será permitida a instalação de toldos desde que requerida e autorizada pela Câmara Municipal.
- 2 — As obras de conservação das lojas e das bancas incumbem aos respectivos utentes.

CAPÍTULO VI

DA ÁREA DE PROTECÇÃO DO MERCADO

Art. 56º

É expressamente proibido exercer a venda por parte de vendedores ambulantes ou feirantes em locais diferentes dos reservados a tal fim.

Art. 57º

Desde as 6 até às 11 horas, em todos os dias úteis é expressamente proibido comprar para revenda os géneros que são objecto de comércio no interior do Mercado.

Art. 58º

É permitido afixar reclamos ou anúncios quando requeridos, e autorizados pela Câmara Municipal.

CAPÍTULO VII

DO FUNCIONAMENTO DO MERCADO

Art. 59º

- 1 — O Mercado Municipal funcionará entre as 6:30 e as 14:00 horas, de Segunda a Sexta-feira, aos Sábados funcionará entre as 6:00 e as 14:00 horas.
- 2 — Quando o dia de Sábado coincidir com um feriado será antecipado para o dia útil imediatamente anterior, praticando-se neste dia o horário correspondente a Sábado.

Art. 60º

Após o encerramento do mercado, cessam a entrada de géneros ou mercadorias e as transacções comerciais, não sendo permitida a presença do público no Mercado.

Art. 61º

A utilização e serventia do mercado fora do horário estabelecido para os respectivos serviços, carece de autorização especial.

Art. 62º

- 1 — As lojas e bancas não poderão estar encerradas ou sem exploração efectiva por um período superior a oito dias, sem justificação a aceitar ou não pela Câmara.
- 2 — Não sendo aceite a justificação isso implicaria a imediata caducidade da autorização.

Art. 63º

As lojas do mercado com serventia independente para o exterior praticarão o horário estabelecido para a generalidade do comércio da vila.

Art. 64º

- 1 — Durante o encerramento do Mercado é vedada a entrada ou permanência nele de pessoas estranhas, ou dos respectivos utilizadores, e, bem assim, a de funcionários sem ser em serviço.
- 2 — Exceptuam-se os utilizadores, quando devidamente autorizados por exigência de funções acidentais, não podendo, todavia, pernoitar no Mercado.

Art. 65º

- 1 — Os géneros destinados à venda ao público serão colocados e arrumados nos locais a esse fim destinados pela Câmara e indicados pelo Encarregado, de modo a proporcionar a melhor apresentação e conservação dos géneros, melhor aproveitamento do espaço, e a garantir o asseio e higiene indispensáveis e bem assim a maior comodidade por parte do público.
- 2 — Não é permitido arrumar nas bancas géneros em camadas sobrepostas que excedam a altura de 50 centímetros.

Art. 66º

Cada utente dum local de venda não poderá ocupar senão o espaço correspondente ao respectivo local.

## SECÇÃO I

### DISPOSIÇÕES ESPECIAIS RELATIVAS À VENDA DE PEIXE

#### Art. 67º

A venda de peixe fresco, salgado ou congelado, só é permitida nos lugares com banca para esse fim, destinados pela Câmara.

#### Art. 68º

Só é permitido salgar, escamar e preparar peixe na banca de apoio.

#### Art. 69º

Não é permitido:

- 1 — Gastar água para outro fim que não seja a lavagem e conservação do peixe e limpeza dos lugares de venda.
- 2 — Conservar peixe em tinas ou viveiros para o dia seguinte.
- 3 — Obstruir os locais de venda e de passagem.

#### Art. 70º

É expressamente proibido depositar peixe no pavimento do Mercado.

- 1 — O peixe que for encontrado em contravenção do disposto neste artigo ou em quaisquer condições de higiene ou asseio deficientes, será imediatamente inutilizado.

#### Art. 71º

A preparação de peixe para venda em postas só poderá ser feita na bancada de apoio, devendo os detritos ser recolhidos em reservatórios adequados e fora da vista do público.

- 1 — O peixe destinado à venda em postas será cortado sobre uma tábua para o efeito existente na banca de apoio.

## SECÇÃO II

### DISPOSIÇÕES ESPECIAIS RELATIVAS À VENDA DE CARNE

#### Art. 72º

- 1 — A venda de carnes verdes, fumadas e salgadas é feita em lojas (talhos).
- 2 — Será permitida a venda de carnes fumadas, em bancas ou mesas próprias destinadas exclusivamente a esse fim.

#### Art. 73º

Quer as lojas, quer as bancas ou mesas a que se refere o artigo anterior, deverão conservar-se em perfeito estado de asseio.

#### Art. 74º

Os vendedores de carnes serão obrigados a entregar aos interessados a qualidade que estes desejem, segundo classificação feita pela entidade competente, excepto se estiver esgotada, o que se declarará.

## SECÇÃO III

### NORMAS TÉCNICAS DE FUNCIONAMENTO DA ZONA FRIGORÍFICA

#### Art. 75º

O horário de abertura aos utentes das câmaras frigoríficas encontra-se afixado à porta da zona frigorífica (uma hora após a abertura do Mercado Municipal e uma hora antes do seu fecho).

#### Art. 76º

- 1 — A Câmara frigorífica de carnes destina-se exclusivamente a receber carnes que apresentem a preparação final usual nos matadouros (carcaças, meias carcaças ou quartos).
- 2 — Não é permitido o armazenamento de fressuras, tripas, sangue, ossos, cabeças de bovinos e ovinos adultos, assim como peças resultantes do desmanche de carcaças, meias carcaças ou quartos.
- 3 — A título provisório será permitido o armazenamento de aves desde que revestidas individualmente por película impermeável e em embalagem colectiva rígida.

#### Art. 77º

- 1 — O peixe será armazenado em caixas e recoberto de gelo.
- 2 — O peixe que apresente peso unitário superior a 500g só poderá ser armazenado quando aviscerado e arrumado com as cavidades abdominais viradas para baixo.

#### Art. 78º

A capacidade das câmaras frigoríficas não poderá ser excedida.

#### Art. 79º

Os produtos que se encontrem avariados ou em contravenção são considerados perdidos, sendo destruídos ou, caso se justifique, serão cedidos a instituições de beneficência.



## SECÇÃO IV

### DAS CANTINAS

#### Art. 80º

A utilização do Mercado por cantinas e outras instalações de uso comum dos utentes, dependerá de prévia autorização da Câmara e fica sujeita às normas deste Regulamento aplicáveis, incluindo a adjudicação por hasta pública.

#### Art. 81º

Cada cantina terá sempre afixada, em local bem visível, a tabela de preços das refeições, produtos e artigos à venda.

#### Art. 82º

Os consumidores das cantinas deverão apenas demorar-se o tempo necessário para tomar as refeições ou efectuar compras.

#### Art. 83º

O encerramento da cantina far-se-á obrigatoriamente com a do Mercado.

#### Art. 84º

- 1 — É vedado o uso, na cantina, de quaisquer jogos para entretenimento dos seus frequentadores.
- 2 — Transitoriamente, até resolução em contrário a tomar pela Câmara, a loja do mercado destinada a cantina obedecerá às regras aplicáveis às demais lojas do Mercado.

## CAPÍTULO VIII

### DA COMERCIALIZAÇÃO

#### Art. 85º

Além das normas já constantes deste Regulamento e insertas no lugar próprio, se estabelecem as seguintes:

- 1 — Independentemente das condições sanitárias em que os produtos devam dar entrada e manter-se nos mercados, a Câmara poderá determinar normas para a sua embalagem, acondicionamento e apresentação, e não permitir a sua venda em condições diversas.
- 2 — Os vendedores não poderão utilizar, para embalagem, jornais nem qualquer papel impresso ou escrito, podendo, quando o comprador não forneça embalagem, usar papel branco.

- 3 — Os produtos à venda serão sempre dispostos por espécies e qualidades, sem contacto directo com o pavimento, não sendo permitido encobrir produtos de pior qualidade com outros de qualidade superior, no propósito de iludir ou prejudicar o comprador.
- 4 — É obrigatória a afixação do preço máximo em todos os géneros ou mercadorias apresentadas para a venda a partir do momento em que, por qualquer forma, são expostas ao público.
- 5 — Os preços afixados referir-se-ão às unidades de venda ou suas fracções — peça, molho, atado, quilo, dúzia ou cento — deverão estar escritos em caracteres perfeitamente legíveis e que não se apaguem facilmente.
- 6 — É proibido efectuar vendas no exterior das lojas excepto as autorizadas pela Câmara Municipal.

#### Art. 86º

Para mais fácil informação do público será afixada num quadro a lista de preços oficialmente estabelecida, sempre que, para o efeito, a Direcção-Geral de preços envie as respectivas listas de actualização.

## CAPÍTULO IX

### DAS PENALIDADES

#### Art. 87º

As penalidades aplicáveis aos titulares de licença de utilização de locais de venda são:

- a) Advertência.
- b) Repreensão verbal ou por escrito.
- c) Coima de 2.500\$00 a 5.000\$00.
- d) Não renovação da respectiva licença.

#### Art. 88º

São competentes para aplicação das penalidades previstas no artigo anterior:

- 1 — Da alínea a), o Encarregado do Mercado.
- 2 — Da alínea b) e d), o Presidente da Câmara ou Vereador da tarefa específica.
- 3 — Da alínea c), a Câmara Municipal.

#### Art. 89º

Os transgressores que forem punidos com coima, serão notificados para procederem ao pagamento voluntário, que será feito mediante guia, na Tesouraria da Câmara, no prazo de 10 dias, findos os quais, se esse pagamento não for efectuado, será o auto remetido ao Tribunal.

Art. 90º

A penalidade da alínea *d*) do artigo 87º, só será aplicada, precedendo processo de inquérito com audiência do infractor, nos casos previstos neste Regulamento e, outras de extrema gravidade, de que resulte a manifesta impossibilidade de ordem moral ou disciplinar, de manter o infractor no uso da autorização concedida e, designadamente, nos casos de:

- a) Utentes que, tendo já essa qualidade em relação a qualquer local praticaram os actos previstos no artigo 29º (conluio).
- b) Utentes que transgredirem o disposto no artigo 4º.
- c) Utentes que praticarem quaisquer crime contra o pessoal em serviço no Mercado, por causa do exercício das suas funções.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 91º

Ao Fiscal Municipal, encarregado do Mercado, pertence a direcção administrativa, fazendo cumprir todas as disposições legais e regulamentares, atenta a respectiva hierarquia.

Art. 92º

A direcção técnica, no que diz respeito à inspecção sanitária de criação, pescado e carnes, assim como aos respectivos subprodutos destinados ao consumo público e ainda a sua conservação nas câmaras frigoríficas, é da competência do Veterinário Municipal, em conformidade com o que dispõe o número um do artigo 153º do Código Administrativo.

Art. 93º

As taxas a pagar são constantes da última tabela em vigor aprovada pela Câmara.

Art. 94º

O Presidente da Câmara promulgará as ordens ou instruções que entender necessárias ou convenientes para a boa execução do disposto neste Regulamento.

Art. 96º

Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na interpretação do presente Regulamento serão resolvidos pela Câmara.

REGULAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL

ÍNDICE

	Páginas
Capítulo I — Disposições Gerais . . . . .	65 e 66
Capítulo II — Do pessoal em serviço no Mercado . . . . .	67 e 68
Capítulo III — Dos locais de venda . . . . .	68 e 69
Capítulo IV — Do licenciamento de utilização de locais de venda . . . . .	69 e 70
Secção I — Das licenças efectivas . . . . .	70 e 71
Secção II — Das licenças diárias . . . . .	72
Capítulo V — Dos direitos e deveres dos utentes de locais de venda . . . . .	72 a 76
Capítulo VI — Da área de protecção do Mercado . . . . .	76
Capítulo VII — Do funcionamento do Mercado . . . . .	76 e 77
Secção I — Disposições especiais relativas à venda do peixe . . . . .	78
Secção II — Disposições especiais relativas à venda da carne . . . . .	78 e 79
Secção III — Normas técnicas de funcionamento da Zona Frigorífica . . . . .	79
Secção IV — Das cantinas . . . . .	80
Capítulo VIII — Da comercialização . . . . .	80 e 81
Capítulo IX — Das penalidades . . . . .	81 e 82
Capítulo X — Das disposições finais . . . . .	82